A devida ao Expediente
AO EXPEDIENTE DO DIA
24 de 04 de 08
PRESIDENTE

À Divisão de Assessoria Jurídica
EM 24 04 08
Feliz Anjo Joban

ESTADO DA PARAÍBA

Mensagem nº 021 João Pessoa, 18 de abril de 2008

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 93/08

Senhor Presidente,

Com responsabilidade e compromisso, atingiremos a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, como reza a Constituição Pátria, através da melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão e da adequação do quadro de servidores aos novos perfis requeridos no setor público.

Nesse sentido, encaminho à Casa de Eptácio Pessoa a apensa Medida Provisória que modifica dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

A Medida Provisória ora proposta prevê a redefinição dos quantitativos dos cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Civil de Carreira, tendo em vista o intuito de ampliação e melhoria dos serviços de segurança pública prestados à população paraibana.

Ainda, dispõe que as categorias funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil, que estarão sujeitas ao Regime Jurídico estabelecido nesta Lei, têm as progressões e as ascensões reguladas em legislação própria, respeitadas as vagas dispostas.

São essas, pois, as razões que me fazem trazer à consideração de Vossa Excelência e de seus pares a Medida Provisória em apreço, ao passo que solicito a oportuna aprovação plenária em regime de urgência, nos termos da Constituição do Estado. *R*

A Sua Excelência o Senhor
ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba
João Pessoa – PB

ESTADO DA PARAÍBA

Na oportunidade, externo a mais alta expressão de apreço e de consideração a Vossa Excelência e aos nobres pares, nesse Poder Legislativo Estadual.

Atenciosamente,

CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador

Certifico, para os devidos fins, que esta
MEDIDA PROVISÓRIA foi publicada no
DOE, nesta Data 18/04/08
Leila Lúcia Sá
Gerência Executiva de Registro de Atos e
da Casa Civil do Governador

ESTADO DA PARAÍBA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 93 , DE 17 DE ABRIL DE 2008

Modifica dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, §3º, da Constituição do Estado, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.1º**.....

§ 1º O Quadro de Pessoal da Polícia Civil de Carreira, que integra o Grupo de Polícia Civil – GPC, encarregado das atividades de polícia judiciária, é composto pelos cargos constantes no Anexo II desta Lei.

§ 2º As categorias funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil, que estarão sujeitas ao Regime Jurídico estabelecido nesta Lei, têm as progressões e as ascensões reguladas em legislação própria, respeitadas as vagas dispostas na forma do Anexo III desta Lei.

.....

ANEXO II

Cargos que integram o Grupo Polícia Civil

Cargo	Símbolo	Quantidade
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	600
Perito Criminal	GPC-602	300
Perito Médico Legal	GPC-604	200
Perito Odonto Legal	GPC-605	200
Perito Químico legal	GPC-606	200

ESTADO DA PARAÍBA

Agente de Investigação	GPC-608	4100
Papiloscopista Policial	GPC-609	200
Escrivão de Polícia	GPC-610	1600
Auxiliar de Perito	GPC-611	300
Motorista Policial	GPC-612	600
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	600
Necrotomista Policial	GPC-616	200

Anexo III

Categorias Funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil

Cargo	Símbolo	Classe	Nº de Vagas
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	300
		B	150
		C	90
		Especial	60
Perito Criminal	GPC-602	A	150
		B	75
		C	45
		Especial	30
Perito Médico Legal	GPC-604	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Perito Químico legal	GPC-606	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Agente de Investigação	GPC-608	A	2.050
		B	1025
		C	615
		Especial	410

2

ESTADO DA PARAÍBA

Papiloscopista Policial	GPC-609	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	800
		B	400
		C	240
		Especial	160
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	150
		B	75
		C	45
		Especial	30
Motorista Policial	GPC-612	A	300
		B	150
		C	90
		Especial	60
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	300
		B	150
		C	90
		Especial	60
Necrotomista Policial	GPC-616	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 17 de abril de 2008; 120º da Proclamação da República.

APROVADA A MEDIDA PROVISÓRIA
NA ORDEM DO DIA 04 DE JUNHO DE
2008.

1º SECRETÁRIO

CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 93/2008

MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.273,
DE 21 DE AGOSTO DE 1981, COM A
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.349, DE 09
DE JANEIRO DE 1991.

AUTOR : Governador do Estado.

RELATOR: DINALDO WANDERLEY

P A R E C E R Nº 524/08

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer a **Medida Provisória nº 93/2008**, da lavra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Cássio Cunha Lima, e que "Modifica dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991".

Instrução processual em termos. Tramitação na forma da Resolução nº 982, de 1º de junho de 2005.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Medida Provisória em epigrafe, tem por objetivo modificar dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991, redefinindo os quantitativos dos cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Civil de Carreira, sob o argumento de que tem em vista o intuito de ampliação e melhoria dos serviços de segurança pública prestados à população paraibana.

Ademais, esclarece Sua Excelência, que a propositura dispõe que as categorias funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil, que estarão sujeitas ao Regime Jurídico estabelecido nesta Lei, têm as progressões e as ascensões reguladas em legislação própria, respeitadas as vagas dispostas.

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

A iniciativa de Medida Provisória pelo Governador do Estado encontra fundamento constitucional no § 3º do art. 63, da Constituição Estadual, haja vista que está presente no caso a relevância e urgência que justifica a edição da medida, inexistindo, portanto, óbice de ordem constitucional ou jurídica, que venha obstaculizar a regular tramitação da matéria.

No mérito, compreendo, que a matéria atende ao mais relevante e inquestionável interesse público, tomando como norte às satisfatórias justificativas argüidas pelo Governador do Estado para iniciativa, constante da Mensagem Governamental nº 021, de 18 de abril do corrente ano, e que encaminha a proposta para exame desta Casa Legislativa.

Neste contexto, e diante de todo o exposto, opino, seguramente, pela admissibilidade da **Medida Provisória nº 93/2008**, na sua forma original, dado ao interesse que encerra.

É o voto.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2008.

DEP.

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, em sintonia com o Voto do Senhor Relator, opina pela admissibilidade da **Medida Provisória nº 93/2008**, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2008.

DEP. ZENÓBIO TOSCANO
Presidente

DEP. TROCÓLLI JÚNIOR
Vice-Presidente

Fabiano Lucena
DEP. FABIANO LUCENA
Membro

DEP. JOÃO HENRIQUE
Membro

Dinaldo Wanderley
DEP. DINALDO WANDERLEY
Membro

Carlos Batinga
DEP. CARLOS BATINGA
Membro

DEP. JEOVÁ CAMPOS
Membro

Apreciada Pela Comissão
No Dia 07/05/08

*APROVADO O PARECER DA COMISSÃO
NA ORDEM DO DIA 04 DE JUNHO DE
2008.*

SECRETÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária"

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 93/2008

MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.273,
DE 21 DE AGOSTO DE 1981, COM A
REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 5.349, DE 09
DE JANEIRO DE 1991.

AUTOR : Governador do Estado.

RELATOR: Dep. Biu Fernandes.

P A R E C E R Nº 057108

I - RELATÓRIO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, recebe para análise e parecer a **Medida Provisória nº 93/2008**, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Cássio Cunha Lima, e que "Modifica dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991".

Instrução processual em termos. Tramitação na forma da Resolução nº 982, de 1º de junho de 2005.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Medida Provisória em análise, tem por objetivo modificar dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991, redefinindo os quantitativos dos cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Civil de Carreira, sob o argumento de que tem em vista o intuito de ampliação e melhoria dos serviços de segurança pública prestados à população paraibana.

A propositura esclarece Sua Excelência, dispõe que as categorias funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil, que estarão sujeitas ao Regime Jurídico estabelecido nesta Lei, têm as progressões e as ascensões reguladas em legislação própria, respeitadas as vagas dispostas.

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

“Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária”

Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação a Medida Provisória mereceu Parecer pela admissibilidade na sua forma original.

No tocante aos aspectos sujeitos a exame desta Comissão, compreendo, que inexistem implicações de ordem orçamentária ou financeira, que venha obstaculizar a regular tramitação da matéria.

No mérito, compreendo, que a matéria atende ao mais relevante e inquestionável interesse público.

Nestas circunstâncias, opino pela admissibilidade da **Medida Provisória nº 93/2008**, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 2008.

DEP. BIU FERNANDES
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, em sintonia com o Voto do Senhor Relator, opina pela admissibilidade da **Medida Provisória nº 93/2008**, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 2008.

DEP. AGUINALDO RIBEIRO
Presidente

DEP. FRANCISCA MOTTA
Vice-Presidente

DEP. FABIANO LUCENA
Membro

DEP. DUNGA JUNIOR
Membro

DEP. GUILHERME ALMEIDA
Membro

DEP. BIU FERNANDES
Relator

DEP. IVALDO MORAES
Membro

Apreciada Pela Comissão
No Dia 14/05/08

APROVADO O PARECER DA COMISSÃO
NA ORDEM DO DIA 04 DE JUNHO DE 2008.

1º SECRETÁRIO